



Assembleia Municipal

ACTA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 18 DE NOVEMBRO DE 2004

Décima primeira acta

Ao décimo oitavo dia do mês de Novembro do ano de dois mil e quatro, reuniu em sessão extraordinária, pelas 21:40 horas, a Assembleia Municipal de Albufeira, na Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Albufeira, por convocatória de onze de Novembro, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

PONTO PRIMEIRO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal da 3ª Revisão das Grandes Opções do Plano 2004/2007 tal como determina a alínea b) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO SEGUNDO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal da 3ª Revisão do Orçamento 2004 tal como determina a alínea b) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO TERCEIRO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal da fixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis para 2004 respeitantes a prédios urbanos e a prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI, nos termos da alínea e) e f) do n.º2 do art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO QUARTO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal da taxa municipal de Direitos de Passagem - Lei das Comunicações electrónicas, termos da alínea e) do n.º2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro.-----

PRESENCAS: Feita a chamada verificou-se estarem presentes os membros, Carlos Eduardo da Silva e Sousa, Pedro Manuel Trovão Ferro, Vítor José Cabrita Neto, Carlos Duarte Vieira Gabriel, José Manuel Bota Sequeira, Fernando Vieira Vitória Cabrita, Fernando José dos Santos Anastácio, Miguel Alexandre Correia Mesquita, Fernando Cabrita Neves, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão, Paulo Alexandre Figueiredo Freitas, Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo, Francelina da Luz Rodrigues Lourenço, Helder José Coelho Guerreiro, Manuel José Guerreiro Gonçalves, Francisco José Pereira Oliveira e Vítor José Correia Maria Vieira. -----

Procedeu-se à chamada dos Presidentes da Juntas de Freguesia, verificando-se as presenças de: Helder Sousa (Albufeira), Francisco Guerreiro (Paderne), José Paulo Aboim (Guia), Berto Palma (Olhos de Água) e Fernando Gregório (Ferreiras). -----

Registou-se ainda, a presença do Sr. Presidente da Câmara, dos Vereadores em regime de permanência, José Carlos Rolo e Ana Vidigal, e não permanência, Vítor Clemente.-----

FALTAS: Francisco João Magalhães Calhau, Carlos Sérgio Freire Quintino e António Paulo Martins dos Santos.-----

SUBSTITUIÇÕES: Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros Francisco Calhau, Maria Eugénia Xufre Baptista, Carlos Quintino e António Santos, Manuel

dos Anjos Meirinho e Maria Fernanda Conceição Rodrigues, foi verificada a legitimidade e identidade dos membros imediatamente a seguir na ordem das respectivas listas, Marlene Martins Dias da Silva Neves Pisco, José Manuel Vila Nova e Adolfo Miguel Gregório.-----
 O Presidente da Assembleia, inicia a Assembleia, passando a palavra ao público, para que possa intervir. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -----

Clara Santos - Boa noite. Venho aqui a esta Assembleia falar de diversas ilegalidades cometidas por parte da Câmara, em torno do Aditamento ao Alvará da famosa Urbanização Roja-Pé, Olhos d'Água, Açoteias. Um construtor comprou dez dos vinte e um lotes. Fez um pedido de Aditamento à Câmara para alterar. A começar bem, a Câmara não fez qualquer publicação da pretensão de alteração, de modo a que nós moradores, nos pudéssemos pronunciar sobre as alterações, provavelmente porque sabia que nós não íamos dar o nosso aval. Fazer de uma zona verde um prédio de três andares com cinco apartamentos, numa zona de moradias, evidentemente que nós não concordávamos. Não foi publicitado, primeiro erro cometido por parte da Câmara. Depois a Câmara recebeu várias reclamações de moradores, entretanto foi construído o famoso Bloco no Lote 4, a Câmara fez ouvidos de mercador e até hoje os moradores estão há espera de respostas. A licença de construção foi concedida, evidentemente o Sr. construtor começou a construir o prédio e o qual se verificou, uns meses depois, já o prédio estava quase concluído, que afinal o Sr. construtor nem sequer tinha dois terços para se poder ter feito o Aditamento. A Câmara, na altura que aprovou, não tinha reparado. Não sei se foi incompetência ou conveniência. Então, embargou a obra, por falta dos dois terços. O Sr. construtor lá conseguiu, por portas e travessas, que não interessa, algum parecer jurídico aqui da Câmara, onde o construtor teria que ter no mínimo catorze lotes. Porque dois terços de vinte e um, é catorze. Não sei se os técnicos sabem fazer as contas ou não. O Senhor tinha comprado dez, entretanto conseguiu mais quatro, mas como vendeu três, faltavam três lotes, conseguiu o acordo de mais duas pessoas, que fez treze. A Câmara desembargou a obra com treze lotes. O mínimo seria catorze, e não treze. Neste desembargo que houve, não há legitimidade. Depois o que nós estranhámos foi que, durante o embargo que teve duração de quase seis meses, a Câmara não se designou, não sei se foi por incompetência ou conveniência, de registar na Conservatória, esse embargo, porque é por Lei. De modo a que, o construtor, continuou a vender os seus apartamentos. As pessoas de boa fé, iam á Conservatória para ver se havia algum problema, não havia nenhum, pois não estava nada registado e faziam o contrato de compra e venda. Mesmo havendo problemas, não consta lá nada, fez-se o contrato de compra e venda e agora estão muito admirados de como é possível a Câmara não ter registado o embargo na Conservatória. No parecer jurídico, está mencionado catorze e não treze, e a obra foi desembargada, o que nos faz admirar de como foi possível aprovar um aditamento, onde se passa uma zona verde, que está no centro da Urbanização, para o outro lado da estrada, por sua vez bastante movimentada, com a área inferior aquela mencionada no alvará. A Câmara foi alertada por mim, verbalmente e por escrito, que aquela área não

correspondia à verdade e para averiguarem a situação. Evidentemente não me deu ouvidos, de modo que eu mandei fazer um levantamento topográfico daquele famoso lote, onde era previsto então a nossa zona verde, do outro lado da estrada, fora do centro da Urbanização. Ficamos a saber que a nossa zona verde que inicialmente era de mil duzentos e trinta metros quadrados, onde consta agora um bloco de apartamentos junto das vivendas, e agora a nossa futura zona verde, só vai ter uma área que não chega aos novecentos metros quadrados. Estamos a falar de uma redução de zona verde de trezentos e poucos metros quadrados. Conforme o PDM, e a Câmara devia saber isso, não é legal. Pergunto: como é que foi possível aprovar uma coisa dessas? Pedi à Câmara para fazer o levantamento, evidentemente, não me deu ouvidos. Chamei à atenção que a área de construção não estava correcta, não me deu ouvidos. Então, mandei fazer o levantamento da área de construção, já que a Câmara não o fez. Entreguei os pareceres, onde consta que temos área de construção a mais, e estou a aguardar resposta da Câmara sobre esse assunto. Para mim esse Aditamento está completamente viciado, as contas não estão correctas. Porque é muito caricato, eu tenho lá dois apartamentos no Lote 17, quando foi o Aditamento a minha área de implantação, sem que eu desse qualquer consentimento e tivesse conhecimento, foi alterada. A Câmara na altura do Aditamento, não tinha a minha autorização, não tinha o meu parecer favorável, não tinha nada meu para poder autorizar aquela alteração, provavelmente agora estão-lhe a chamar um erro técnico. Por isso, eu exijo que a minha área seja reposta ou seja rectificada. Para além da minha, foi mexida a de mais dois vizinhos. Um deles, nem sequer ainda sonha, um Senhor Holandês. O outro, é amigo do construtor. Eu não entendo, como é que se pode aprovar algo, que me parece que não foi verificado. Aliás, tudo o que entrou por parte do Sr. Arquitecto Sá Borges, deve ter sido tudo assinado e não foi nada verificado, de modo que estamos com estas discrepâncias todas. O que nós verificamos também no Alvará, é que, temos lá dois lotes onde só podiam ter sido construídos três pisos e na realidade temos lá quatro pisos. O projecto que foi entregue na Câmara consta quatro pisos e foi aprovado, mas não está em conformidade com o Alvará. Também ninguém reparou, não sei se é por incompetência ou conveniência, eu deixo isso no ar. Estacionamento, há também uma Lei, nos prédios cada apartamento, nas caves, têm de ter o seu estacionamento. No Lote quatro, ainda faltam quatro estacionamentos. Então, mais caricato ainda é, haver em três apartamentos, os barbeques nos terraços do quarto de dormir. O construtor acha isso por bem, eu acho que não está bem. O prédio foi vistoriado, pediram para fazer alteração ao projecto, o Sr. construtor fez conforme está lá, com as churrasqueiras nos terraços dos quartos, não sei se a Câmara vai aprovar essa situação ou não, o parecer, que eu acho ridículo, é favorável. Fiz quatro exposições à Câmara, as primeiras três tive que bater o pé para que elas aparecessem, finalmente apareceram, e estou a aguardar a resposta da primeiras que entreguei dia um de Setembro, não sei se a Câmara está a ganhar tempo com isso. A licença de construção faz agora dois anos em Janeiro, espero que até lá a Câmara tenha tomado alguma atitude, e não sei porque é que a Câmara não toma atitudes. Fico a aguardar, mas devo confessar que não aguardo muito mais tempo. O tempo está-se a esgotar, os prédios estão praticamente prontos, não há legitimidade, o Senhor não teve os dois terços, a Câmara não reparou em nada disso. Ponho

outra vez no ar, não sei se é por incompetência ou por conveniência. Quero frisar isso muito bem, porque eu não acredito que seja possível fazer tantos erros. Se foi erro, estamos perante departamentos incompetentes. Porque se fosse logo afixado lá um edital para os moradores verem, nada disto teria acontecido, nós não teríamos dado o nosso aval, e os outros Senhores sabem isso perfeitamente bem. Fazer de uma zona verde, junto a moradias, um bloco de apartamentos, e passar a zona verde em dimensões muito mais pequenas, mas conforme o mapa síntese não está lá, as áreas não estão correctas, de modo que eu fiz o levantamento, mas se for necessário eu faço mais um levantamento de outro Lote, que também não está correcto. Mas isso também tem custos. Pensava que a Câmara tivesse algum interesse em averiguar o assunto, mas não está a parecer, está a demorar muito tempo. Eu não vou ficar parada e antes de passar o prazo da licença de construção, se não se fizer nada, eu vou proceder a uma suspensão de eficácia., porque eu não vou deixar que isto fique assim. É uma ilegalidade, nós não concordamos com um Bloco de apartamentos numa zona verde. Queremos a nossa zona verde e o Senhor que faça o Bloco de apartamentos do outro lado. Eu quero a minha área como ela estava ou então respectivamente a área de construção alterada. No que é meu, ninguém mexe sem eu dar autorização, porque isso também é ilegal. E a Câmara, antes de ter dado o despacho favorável, deveria ter averiguado todos estes pequenos pormenores e não assinar à toa. Os pareceres foram todos favoráveis, não sei porquê? É como agora, o parecer das churrasqueiras nos terraços, é favorável, ou a Sra. Arquitecta não viu que naqueles três apartamentos as churrasqueiras estão nos terraços dos quartos de dormir, eu não acredito que a Câmara veja alguma lógica nisso, e aqueles apartamentos têm terraços na sala. Eu já falei com o Sr. Canas, é o construtor, eu tenho lá dois apartamentos, ele é teimoso, diz que esteticamente fica melhor assim, e eu sou teimosa e digo que não é viável, não vou assar sardinhas naquela churrasqueira, para passar pelo quarto de dormir, para ir come-las na sala ou no outro terraço. Eu acho que a Câmara, se proceder à licença, no mínimo esta parte vai ter de ir para o jornal, porque é caricato. -----

Presidente da Assembleia - Pergunta se mais alguém quer intervir. Como não há mais intervenções, dá um pequeno esclarecimento relativamente à matéria que a Sra. Clara acabou de expor. *"Foi recebida há dias uma reclamação por escrito e já foi feita a devida remessa à Câmara Municipal da exposição da Senhora, a pedir o esclarecimento e provavelmente virá a esta Assembleia para apreciação desta matéria. Não sei se o Sr. Presidente quer dizer alguma coisa?"* -----

Presidente da Câmara - A Sra. Clara já falou comigo três ou quatro vezes e já entregou três ou quatro reclamações. Entretanto, ontem falamos e disse que tinha outra para entregar em breve., o que lhe disse para fazer a entrega dessa, para juntar às outras. Esse documento chegou hoje à minha mão, mandei juntar às outras que estão no processo, para compilar tudo e mandei para o Consultor Jurídico e para o Director de Departamento, que estão a analisar todo o processo. Quando tiver todo o conjunto de informação suficiente, será dada a informação à Da. Clara. Este é o ponto da situação. O assunto está a ser encaminhado, visto com atenção, obviamente que toda a decisão é suportada em pareceres técnicos e jurídicos que a partir do momento que são levantadas questões, estão a ser analisadas e verificadas

pelo Director de Departamento e o Consultor Jurídico também está a fazê-lo. Há questões que e obviamente, podem ter alguma fundamentação e se assim for, terão que ser revistas. Não há aqui nenhum descurar da situação em relação ao processo da Senhora.-----

Presidente da Assembleia - Mais alguém do público quer intervir?-----

José Pimenta - A primeira questão é em relação às infraestruturas envolventes da Quinta da Palmeira, ou seja, o Parque Desportivo existente. Apesar de ser uma área que teve alguns projecto, não foram para a frente. Após doze anos, foi implantado o Parque Desportivo para a camada jovem e a de mais idade terem a prática de alguma modalidade e laser. Só que a situação em que neste momento se encontra, é complicada, e tenho a sensação que o Sr. Presidente já sabe, então eu passo a citar: houve a inauguração há um mês atrás daquele complexo, posteriormente a isso, por vezes, ouve um vigilante presente, outras vezes não apareceu qualquer vigilante e a situação complicou-se. Havendo vigilante, os jovens que iam para lá praticar desporto, tinham alguém para tomar conta deles, a partir do momento em que esta situação deixou de acontecer, da parte dos miúdos há aqueles que são mais temperamentais e a situação complicou-se, a vedação começou a ser partida, o quadro da iluminação começou a ser danificado. Gostaria de dizer que não é suficiente haver infraestruturas desportivas e outras, é importante dar acompanhamento a essa situação, para isso há que existir vigilância. No caso de existir vigilância, deveria haver uma casa, um apoio a essa pessoa. Também não existe uma casa de banho, nem uma bica onde se possa beber água. Dizia o Sr. Presidente em entrevista, logo na inauguração, que era uma zona abandonada, uma zona com problemas de saúde pública. O que eu penso sobre esta situação é que, tem de haver uma vigilância, no mínimo a partir da parte da tarde até à noite, para que os miúdos vejam a vigilância e voltem a fazer as coisas correctamente, ou retirar o quadro da iluminação pública. Segunda situação: em Maio de 2004, a equipa da Selecção da Holanda veio estagiar para o Estádio Municipal. Houve um melhoramento do Estádio, as bancadas, o pavimento, os balneários. Quem é que custeou esses melhoramentos? Se a Selecção da Holanda veio para cá, é lógico que teve que pagar, logo houve receitas. Quem é que recebeu essas receitas? Uma pessoa que, há vinte ou trinta anos, tem acompanhado os jovens, verifica que as condições para eles continuam a ser as mesmas. Houve um melhoramento no Estádio, mas quem vem cá a cima, está presente nos jogos de futebol dos Iniciados, Infantis, Juvenis e Juniores, vê que eles comem o pó e os espectadores também o comem, e os nossos visitantes também não levam uma boa imagem de Albufeira. Se por acaso houve receitas, eu achava que deveriam ser para beneficiar os jovens e não para continuar a beneficiar os Seniores. Outra questão: já passou por esta Assembleia. Está relacionada com o parque de estacionamento subterrâneo, que a Câmara tinha em mãos, e que eu quero dar a minha opinião. Não acho de maneira nenhuma razoável, é um contra-senso até, fazer um parque de estacionamento subterrâneo para quinhentos lugares, dentro de Albufeira, onde neste momento nós estamos a ter os Transportes Urbanos e similares. A minha opinião é que, seria preferível levar esse parque, até poderia ser subterrâneo, para uma zona no Terminal de Camionagem. É lógico, somos muito comodistas, gostamos de ter o nosso carro à porta, mas era bom preservar, por um lado tirava o trânsito e por outro fazia com que as pessoas caminhassem, que é muito bom. É tudo.-----

Presidente da Câmara - Sobre a primeira questão, é evidente que tem havido ali alguns problemas, mas existe um grupo de miúdos fugindo às regras que deveriam ser normais e quando não existe lá ninguém, têm destruído o equipamento. Por outro lado, havia e há uma intenção de colocar um horário, das dez da manhã às dez da noite, para o seu funcionamento, só que neste processo é preciso encontrar dois seguranças que façam esse horário. Neste momento a opção será de abrir da parte da tarde, para podermos ter sempre lá uma pessoa., e quando houver condições logísticas, de haver uma garantia de segurança quase todo o dia, passa-se para o outro horário. Estamos a analisar o assunto com a Secção de Desporto. É uma situação que nos preocupa: primeiro, porque deveria estar sempre disponível e a funcionar, para que os jovens gastassem lá as suas energias, em vez de estarem noutro lado; segundo, foi uma forma de limpar aquele espaço que no passado não tinha nada, apenas lixo. Em relação à questão do Estádio Municipal e da Selecção Holandesa: a Holanda, inicialmente, era para fazer o estágio em Portugal, mas não em Albufeira, era para o fazer na zona de Lisboa. E através do Imortal e do Sr. Fernando Barata, e depois com o Hotel Sheraton, houve um esforço conjunto, no sentido de que a Selecção Holandesa estagiasse em Albufeira. Na altura, a Câmara e eu, entendemos que, em termos de divulgação e promoção do concelho, seria bom que a Selecção Holandesa ficasse cá em Albufeira, assim como a Alemã ficou em Vale do Lobo, a Norueguesa ficou na Penina. Iria ser um concelho que seria foco de promoção. Mas nunca a Selecção pagou para ficar em Albufeira, ou seja, não houve receitas. Os custos do melhoramento do Estádio Municipal foram suportados pela Câmara Municipal. Por uma questão de celeridade, os timings de abrir concurso para o arrelvamento e para as cadeiras em termos da Câmara era um processo complicado, era muito provável que acabasse o estágio e ainda não estava feito o melhoramento, o Imortal assumiu a responsabilidade daquele pagamento e a Câmara Municipal, em tempo útil, que foi agora na última Reunião de Câmara, deliberou transferir essa verba para pagamentos dessas facturas, que tinham sido facturadas ao Imortal. O investimento foi todo da Câmara Municipal. Por outro lado, aquele equipamento ficou melhorado, está ao serviço do Imortal e da cidade. Quanto aos terrenos, onde treina a camada jovem, o Sr. Pimenta sabe que aqueles terrenos são do Imortal, ou seja, a Câmara Municipal não pode fazer para lá um projecto, colocá-lo a concurso, lançar uma obra e fazer investimento, porque os terrenos são do Imortal. Se os terrenos fossem do Município, então já tinha, julgo eu, assumido intervenção no sentido de melhorar o equipamento desportivo. Se vamos ali intervir, em qualquer das áreas, seja na iluminação ou no sintético, em termos de enquadramento legal, não temos forma de o fazer. Se o fizéssemos seria de uma forma encapotada. Esta é a realidade. Já falamos com o Imortal, e recentemente mandou uma carta a dizer que estaria disponível para ceder todos aqueles terrenos ao município, em determinadas condições, agora o município vai analisar as condições propostas. Mas, neste momento o que se passa é que, para além dos terrenos envolventes às piscinas municipais, que foram cedidos em Assembleia do Imortal, catorze mil e tantos metros, para direitos de superfície, o restante é do Imortal. Neste momento, já abrimos as propostas do concurso para as pistas de tartam no Estádio Municipal, mas aí é municipal, podemos intervir e ir buscar fundos para esse investimento. Num terreno que não é nosso, não podemos encontrar

formas de intervenção financiáveis. Essa é a razão principal, não é uma questão de falta de vontade. É muito complicado intervir, quando o terreno não é nosso, se fosse nosso já as condições estariam diferentes. O Imortal tem Direcção, está em funções e portanto compete aos sócios fazer essa gestão. Em relação ao parque de estacionamento: Após o momento que o assunto foi tratado nesta Assembleia, o que ficou assente foi que, se iria proceder a um estudo, para verificar a situação e penso que, neste momento, não faz sentido estar a falar no assunto, porque concerteza, será objecto de discussão noutra altura. -----

Não havendo intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia passa a palavra ao Primeiro Secretário, que faz a leitura resumida da correspondência. -----

O Presidente da Assembleia pergunta mais uma vez, se alguém do público quer usar da palavra. Não havendo, dá início ao Período da Ordem do Dia. -----

ORDEM DO DIA

Presidente da Assembleia apresenta o primeiro ponto, e questiona os membros da Assembleia, relativamente à discussão em conjunto deste ponto e do seguinte, uma vez que estão interligados.-----

O membro Fernando Anastácio propõe a análise e discussão, dos dois pontos, em simultâneo.

O Presidente da Assembleia coloca a votação a proposta do membro. -----

VOTAÇÃO: PROPOSTA -----

Votos contra: (0).-----

Abstenções: (0).-----

Votos a favor: (26) Carlos Silva e Sousa; Marlene Pisco; Carlos Gabriel; José Sequeira; José Vila Nova; Miguel Mesquita; Adriano Ferrão; Rui Bernardo; Helder Guerreiro; Manuel Gonçalves; Vítor Vieira; Helder Sousa; Paulo Freitas; Pedro Ferro; Vitor Neto; Fernando Cabrita; Fernando Anastácio; Ricardo Silva; Francelina Lourenço; Adolfo Gregório; Francisco Oliveira; Francisco Guerreiro; José Aboim; Berto Palma; Fernando Gregório e Fernando Neves. -----

Aprovada por unanimidade -----

PONTOS PRIMEIRO E SEGUNDO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal da 3ª Revisão das Grandes Opções do Plano 2004/2007 tal como determina a alínea b) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro;-----

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal da 3ª Revisão do Orçamento 2004 tal como determina a alínea b) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro;-----

Fernando Anastácio - Sem prejuízo da justificação escrita que consta da proposta e de eventuais esclarecimentos que o Sr. Presidente da Câmara tenha no decurso desta discussão, que seja oportuno fazer a esta Assembleia, depara-se essencialmente uma dúvida e alguns comentários. Olhando para as propostas, item por item, rubrica por rubrica,

intervenção por intervenção, constatamos que, quase na sua totalidade, o que aqui se propõe, são questões que vão ter incidência e proporção financeira em 2005. Estamos nós no final de mês de Novembro de 2004, período mais que razoável, pelo menos na preocupação do executivo esteja a preparação do orçamento para 2005. Portanto, não nos parece, salvo alguma razão que nós não estejamos a descortinar, compreendo que por uma rubrica ou duas não fazia sentido trazer aqui uma revisão, não sei se foi essa a intenção, em termos práticos é dar mais volume a esta proposta de revisão, porque as questões que estão aqui, são todas questões que vão ter incidência em 2005, e aliás, para não dizer em 2006. Na rubrica das funções económicas e transportes rodoviários, as questões suscitadas, com excepção da tal pavimentação do eixo viário no troço da Rotunda dos Gofinhos e Cruzamento do Lidl, a generalidade são aberturas de verbas para 2005, umas mais para a frente, outras mais para trás, coisas que podiam ser resolvidas perfeitamente com a proposta de Orçamento e As Grandes Opções do Plano para 2005. Quando se fala aqui da construção da Rotunda em Vale Paraíso, a Norte/Sul da EN 125 de acesso, obra que não estava inicialmente prevista e que resulta dos recentes protocolos celebrados, eu, como de facto não conheço o protocolo, gostava que esclarecesse esta Assembleia, se está perfeitamente assegurado nesse protocolo que, caso por algum motivo não tenha acesso aos fundos comunitários necessários para a obra e decorrentes da comparticipação nacional, essa já a Câmara assumiu no âmbito desse protocolo. Pergunta muito directa que deixava: se por acaso não for possível, no âmbito deste quadro comunitário, executar e garantir os fundos para isso, Se desse protocolo não resulta para a Câmara Municipal obrigação integral de suportar todos os custos financeiros desta obra? Por outro lado, já referi aqui nas funções económicas, a Rotunda dos Gofinhos. Esta intervenção, recorde-me, que a primeira deliberação não chegava aos dois milhões de euros, depois foi revista para dois milhões e agora já estão dois milhões e meio. Se tivermos mais uma ou duas revisões sobre este projecto, concerteza que não vamos ficar por aqui. Vamos ver onde esta obra vai terminar. Para além disto, estamos a falar de equipamentos informáticos. A lógica é sempre a mesma, nada de novo vem aqui. Todas as opções que aqui estão contempladas, têm a haver com o orçamento de 2005, parece-me que a Câmara em relação a 2004 já esgotou a sua capacidade de ambição e de vontade, já se tem de projectar para o ano que vem, porque de facto, este ano, quando virmos a execução orçamental, vamos ter a confirmação da eficácia da gestão deste executivo. Mas isso fica para outro momento. Mas de facto, as Grandes Opções do Plano que é apresentado pelo menos para revisão, que atiram simplesmente para a frente, sem qualquer necessidade, mostra o vazio, que na nossa opinião, já chegaram. Necessariamente, sem os outros considerandos que já dissemos aqui, sobre as opções da Câmara Municipal de Albufeira, a posição da bancada do Partido Socialista, é necessariamente estar contra a esta proposta que aqui vemos. -----

Presidente da Câmara - Em relação à questão das Rotundas. O protocolo diz que há uma verba, em que o Estado compromete-se a arranjar fundos comunitários, até essa verba. A essa verba, corresponde a Rotunda do Vale Paraíso e os dois troços, Malhão/Paderne e Malhada Velha até ao limite do concelho. E o que se passa em relação à Rotunda do Vale Paraíso é que, nós vamos lançar o concurso da Rotunda, Vamos executá-la e financia-la, no

âmbito do protocolo e esperemos que, da verba estipulada, o Estado garanta setenta por cento do valor da obra. Aproveitando a execução da Rotunda, que não está no protocolo, mas achamos importante, depois dessa rotunda problemática, há um entroncamento também problemático e há um troço de estrada que vai do viaduto até à zona da farmácia das Ferreiras, que por bem achamos que deveríamos completar todo esse espaço em termos de diminuir os conflitos, encontrar uma forma de maior mobilidade, e esperemos que naquilo que diz respeito ao protocolo, que o Estado assuma os setenta por cento. Em relação às outras questões. Se o Estado não tiver capacidade de as assumir, então as estradas não passam definitivamente para a Câmara enquanto isso não for assente. Novamente em relação à Rotunda: como sabem, se não for este protocolo, nem o Estado, nem a Câmara a fazia. E o que me interessa é fazer a Rotunda o mais rápido possível, de maneira a diminuir os acidentes que ali existem. Esta foi a forma que nos pareceu mais rápida de resolver o problema. Passaria a palavra ao Sr. Vice-Presidente, se o Presidente da Assembleia assim o entender, para dar mais alguns esclarecimentos adicionais. -----

Vice-Presidente - O que interessa esclarecer, só em termos genéricos. Quando falou que poderia, estas rubricas, estarem inseridas no Orçamento e no Plano de actividades para 2005, é verdade. Mas não nos podemos esquecer que, antes de qualquer projecto produzir efeitos financeiros, tem de ter um início de procedimentos, e não tem sido norma desta Câmara, não haver concursos abertos sem haver cabimentação das verbas. Obviamente, é precisamente por essa necessidade, que esta rubrica vem aqui neste momento, não é só para preencher páginas de jornais, nem de preencher papel. Sabem que, alguns dos itens, ainda têm execução em 2005. há todo um procedimento antecipado, em relação ao fluxo financeiro, o Tribunal de Contas exige que esteja cabimentado em termos de obra e concerteza que, qualquer concurso aberto neste momento, só irá produzir efeito em Janeiro de 2005, obviamente. -----

Fernando Anastácio - Em relação à questão em concreto que fizemos. A minha pergunta foi concreta e a sua resposta não a entendi como tal. O protocolo prevê uma comparticipação da autarquia, no fundo seria responsabilidade do Instituto de Estradas, que era feita através de recursos comunitários e isso suporia a Câmara ter acesso a esses fundos para a comparticipação financeira para o financiamento do novo projecto. Eu pergunto: se não está uma cláusula no protocolo que diz, se por acaso o Estado não assumir, a Câmara terá de o assumir integralmente? -----

Presidente da Câmara - O protocolo diz que, o Estado assumiu um compromisso de ir até um determinado valor. A partir do momento em que nós lançamos o projecto de Vale paraíso, nós assumimos o concurso e o pagamento ao construtor. Candidatamos a obra, esperamos ir buscar os setenta por cento da parte dos fundos comunitários, face ao compromisso.-----

Fernando Anastácio - E se não for? -----

Presidente da Câmara - Se não o for, a Câmara assume. Não poderá ser feito de outra forma, a Câmara tem de pagar ao construtor, portanto tem de resolver o problema. O que depois vai pedir, claramente ao Estado, que honre os seus compromissos. Mas se o Estado não os assumir, a obra está feita, a Câmara tem de a pagar e obviamente, iremos, por outras vias, tentar encontrar forma de sermos ressarcidos. Nós só podemos candidatar a obra,

quando estivermos o projecto pronto para execução. Nessa situação o processo evolui naturalmente. -----

Fernando Anastácio - Se me é permitido este comentário, como síntese. Aquilo era uma responsabilidade do Estado Português, através do Instituto de Estradas de Portugal, fazer aquela intervenção, que não cumpriu e que há pelo menos quatro anos que esta questão está com alguma agenda, aquilo era responsabilidade do Estado Português, de fazer uma obra numa EN, e que era no fundo uma contrapartida do Estado Português para o município de Albufeira, porque aquela obra não é só municipal, por isso é que é uma estrada nacional. Eu compreendo e estou solidário, por um lado, com a pressão e a necessidade de resolução do problema, agora, a necessidade e a resolução do problema, não justifica que se façam opções desta natureza, sem pôr em cima da mesa a responsabilidade de cada um, neste caso, o Estado. Podemos correr o risco de, por opção desse referido protocolo, que os municípios de Albufeira assumam na totalidade, um encargo que não era deles, que era fruto da organização do Estado Português. É isto que também têm-se que dizer. Ou seja, os princípios da oportunidade, da necessidade, não valem necessariamente para justificar todo e qualquer capitulação, porque a certa altura, tudo o que o Estado não fizer, o município de Albufeira não reivindica, não exige e a Câmara Municipal vai fazer. Ficou claro nesta Assembleia, que pelo menos esse risco e essa obrigação, a Câmara Municipal, se por acaso as coisas não correrem bem, vai ter de suportar a obra. A obra deveria estar feita há muito tempo, mas há formas de fazer as coisas e por vezes não ficam claras. Era importante este esclarecimento e este debate, permitiu sabermos em que termos foi celebrado o protocolo. Convidava o Sr. Presidente, para não haver dúvidas, que remeta á Assembleia Municipal, a cópia do referido protocolo, para nós conhecermos o teor do mesmo. -----

Presidente da Câmara - O que a Câmara pretende fazer, é resolver um problema complicado, e essa observação só deveria ser feita se o Estado não vier a cumprir aquilo que o protocolo define, ou seja, o Senhor está aqui a fazer uma avaliação antecipada, de uma situação que nem sabe o que vai acontecer. Deveria estar contente por a Câmara se assumir ao Estado, numa situação de conflito, de onde resultam vários acidentes e já houve pessoas com graves problemas de saúde. Quando neste momento, estamos todos a defender que o Algarve é uma via de não portagem, quando estamos a defender a mesma bandeira, para que o Algarve tenha melhores vias e acessibilidades, e a Câmara assume uma situação que é bastante reivindicativa. Eu, enquanto Presidente de Câmara, nunca fui submisso àquela questão, por várias vezes afritei o Governo para fazer aquela Rotunda, e o Senhor sabe que é verdade. Portanto, tudo o que é dito, é mais demagogia política, de que propriamente a solidariedade com a intenção da Câmara, de resolver um problema de conflitualidade, com base num protocolo, que espero que o Estado assuma. E se o estado não assumir, eu serei o primeiro a ir para a rua dizer a mesma coisa, como fui no dia do Não à Portagem. A Rotunda do Vale Paraíso, não pode ser bandeira de ninguém, nem pode ser acusação ao município de querer investir. E digo mais, será feita, é por isso que vem aqui desta forma, não há nenhum compromisso de fazer a outra, mas nós achamos que podemos resolver o outro conflito e acabar uma estrada, com passeios e iluminação, até às Ferreiras. Penso que tudo isto, só vem claramente criar condições para a mobilidade e para a circulação. O Estado tem o

compromisso de ir aos fundos comunitários, até a uma verba de oito milhões, se não o for assumido pelo Estado, então a Câmara reivindicará por outras formas. Mas não é necessário estar a fazer uma análise, partindo do princípio de que não é cumprido. Nós pretendemos é fazer a Rotunda. E os munícipes de Albufeira, se calhar, sabendo que aqueles valores são gastos naquela Rotunda, podem castigar o Estado noutra circunstância, mas, se calhar, podem dizer que Albufeira gastou bem o dinheiro dos seus munícipes, numa Rotunda que é fundamental e estruturante para a circulação naquela zona. Estão a favor da Rotunda, ou não estão? Querem fazer a Rotunda ou não? Por mim, assumo o risco de a fazer., independentemente de saber se o Estado vai cumprir aquilo que está no protocolo. -----

Fernando Neves - Em relação a essa situação, queria mencionar umas coisas. De facto, ninguém está contra à construção da Rotunda, é o que eu penso, mas há uma situação de fundo, que é preciso esclarecer bem. O continuar a não culpabilizar, neste caso, o Instituto das Estradas, que não cumpre uma coisa que deveria ter feito, que disse publicamente que assumia fazer a Rotunda, sem a intervenção da Câmara. Quanto a nós, CDU, a questão é esta: desculpabilizar o Estado em tudo o que ele não cumpre. Para nós, esta situação é clara. E não estamos contra a Rotunda, sabemos que ela é essencial. Estar constantemente a desculpabilizar o Estado ou o Instituto de Estradas, de uma situação da qual eles é que são os responsáveis directos e estar sem saber se, de facto, vão cumprir aquilo que estabeleceram no protocolo, e depois são os munícipes do concelho de Albufeira que têm de suportar a totalidade da obra. Eu não tenho confiança nenhuma no Estado. -----

Adriano Ferrão - Têm -se ouvido aqui é perspectivas, mais do que comentários. Eu penso que o Sr. Deputado do PS, se desliga do conteúdo e fixa-se nas formas e nos processos, o que dá o tal ar de demagogia, de que já se tinha aqui falado. Preocupa-se com essa dotação e com as atitudes do Estado e não sabe quais são. Faz-se demagogia. Diz que, antecipadamente, anda preocupado, mas o interesse directo do concelho, é posto em segundo plano, e pega a taça. Realmente, é uma situação perigosa, aquela é uma situação que não tem sido tratada, há anos que aquela situação existe, não foram os executivos anteriores que o trataram, desta vez há uma possibilidade, coloca-se aqui o obstáculo da forma. A solidariedade pela Câmara, que foi aqui falada, ainda se compreende que falte pela oposição, agora, a solidariedade pela população que vive aqui, essa parece-me mais grave. E à falta de sensibilidade que o partido Socialista demonstrou. O meu colega de Assembleia, preocupa-se também com a atitude do estado. Já não falo do exemplo do executivo se colocar ao lado das posições e dos interesses da população, mesmo quando esses são antagónicos com o Estado. Veja-se o caso da EN 125 e da Via do Infante, em que todos os órgãos desta Câmara, nomeadamente o executivo, se colocou ao lado dos interesses dos algarvios, em contestação, é óbvio, do próprio Estado. -----

Francisco Oliveira - É interessante verificar a situação das portagens, foi tratada até de uma forma simpática diziam *"não vamos fazer isto, bandeira de ninguém"*. Pelos vistos há sempre alguma necessidade de agarrar nas bandeiras e desfralda-las. No entanto, no que diz respeito à questão do Estado e às respectivas participações, quando é feita alguma critica em antecipação, é porque não temos solidários, ou porque não estamos com a população de Albufeira. Mas quando os problemas surgem, ou estão na ordem do dia (eu

relembro a questão e da colocação dos professores e das dotações para as autarquias locais), foi dito pela bancada do PSD: *"o Governo está a resolver, não vale a pena estarmos a criar confusões"*. Basicamente, o que verificamos, é que a bancada do PSD quer dizer é: *"estejam lá calados e deixem-nos fazer o trabalho"*. Críticas, quer à priori, quer à posteriori, não devem existir, porque, ou o Governo, ou a autarquia, estão a fazer tudo correcto e portanto não há lugar a qualquer tipo de crítica. De facto, se é bom para o município de Albufeira que não se pague portagens, também será bom que os professores sejam colocados, também seria bom que as dotações para as autarquias tivessem sido melhoradas. Portanto, estamos perante um peso e duas medidas consoante as situações sejam favoráveis ou não, ou a bancada do PSD, e é nesse sentido que eu tenho de informar que a oposição continuará a fazer o seu trabalho e a apontar as questões, independentemente de os Senhores considerarem demagogia ou não. Tenho dito. -----

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia coloca as propostas a votação, em simultâneo. -----

VOTAÇÃO: GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO -----

Votos contra: (10) Pedro Ferro; Vitor Neto; Fernando Cabrita; Fernando Anastácio; Ricardo Silva; Francelina Lourenço; Adolfo Gregório; Francisco Oliveira; José Aboim e Fernando Neves. -----

Abstenções: (2) Berto Palma e Fernando Gregório. -----

Votos a favor: (13) Carlos Silva e Sousa; Marlene Pisco; Carlos Gabriel; José Sequeira; José Vila Nova; Miguel Mesquita; Adriano Ferrão; Rui Bernardo; Helder Guerreiro; Manuel Gonçalves; Vítor Vieira; Helder Sousa e Paulo Freitas. -----

Aprovadas por maioria dos presentes. -----

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Francisco Guerreiro, estava ausente da sala. -----

PONTO TERCEIRO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal da fixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis para 2004 respeitantes a prédios urbanos e a prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI, nos termos da alínea e) e f) do n.º2 do art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

Presidente da Assembleia - Dá início ao ponto. -----

Fernando Anastácio - A proposta que consta da informação, que há uma perspectiva do recebimento, semelhante até final do ano, dos valores do IMI. Não sei se a Câmara teve oportunidade de apurar, se estes recebimentos e estas transferências, para a Câmara, correspondem ao estado actual da cobrança deste imposto, ou se trata tão só daqueles atrasos contabilísticos próprios da Administração Central das transferências de verbas para os municípios. Porque, segundo me é dado saber, informações existentes a nível da Direcção Geral de Impostos e a nível do País e não do Algarve em concreto, ao mês de Outubro, a cobrança de Imposto Municipal sobre Imóveis, repito, a nível do país e não do Algarve, estava em valores que andavam aproximadamente no crescimento da ordem do cinquenta por cento. Como sabem, por vezes há verbas que estão cobradas e não foram

transferidas. Sobre essa matéria estaremos no reino da especulação e não vale a pena perdermos muito tempo com ela, a seu tempo nós vamos ver esta questão. Não temos dúvidas, é com a publicação, todos já devem ter conhecimento da Portaria que regulamenta e fixa os valores para os diferentes concelhos, para a avaliação dos imóveis e onde Albufeira aparece como sendo um concelho que os coeficientes são dos mais altos do país, com um mecanismo que vai ser gradual, da avaliação dos diferentes imóveis, é obvio que as receitas do IMI, o único caminho que têm, é crescer em forma significativa. Na nossa opinião, achamos que, de facto, devemos ser realistas nesta matéria, é obvio que as Câmaras Municipais, têm no IMI uma das principais fontes de financiamento. É obvio que as Câmaras Municipais têm compromissos e têm os seus munícipes e os seus programas, mas também é óbvio, neste caso concreto, que a Câmara Municipal de Albufeira, vem regulando valores de execução, sempre muito abaixo daquilo que se propõe fazer no princípio. Como algumas vezes se disse, para quê antecipar receitas? Eu sei que há sempre a esperança de melhorar no ano seguinte. Portanto, como isto é para frente, a expectativa e a melhor coisa que se pode ter, mas normalmente depois a experiência vem-nos mostrar que essas expectativas acabam sempre ao lado. A nossa posição, de principio é que, de facto, os recursos quando não são bem gastos e bem investidos, não geram a necessária riqueza. Portanto, é melhor que estejam do lado que fazem mais falta, neste caso, dos munícipes. Temos uma posição que, não se justifica o reforço e o aumento. Não se justificou no ano passado. Não se justifica manter os mesmos termos. Achamos que, eventualmente poderia haver aqui uma abordagem diferente sobre isto, mas a responsabilidade da elaboração do documento é da Câmara, a responsabilidade da execução do Orçamento é da Câmara, e portanto, o executivo assumirá essa opção e depois cá estaremos para verificar se optou bem, se gastou bem e se houve pelo menos a leitura que estavam a investir como deve ser e a fazer o vosso trabalho como devia ser. A nossa posição, necessariamente, nós iremo-nos abster sobre a proposta da taxa apresentada. -----

Fernando Neves - Começo por dizer o seguinte: é uma questão de lembrar questões que por vezes se passam nesta Assembleia. No ano passado, em Janeiro, numa entrevista que o Sr. Presidente da Assembleia deu a um jornal da região, em que dizia que nesse ano a autárquica cobrava 1,2 de contribuição autárquica e fazia uma comparação com o que foi aprovado aqui, de 0,7, o Sr. Presidente dizia que os munícipes iriam pagar menos. É a opinião do Sr. Presidente da Assembleia, não é a nossa. A prática demonstra que foi ao contrário. Nós na altura, apresentamos uma proposta nesta Assembleia, que consistia no seguinte: a Câmara ao ter orçamentado que daria entregue uma verba de dez milhões oitenta e cinco mil e setecentos e três euros, correspondia a uma taxa de 1,2, que na altura se pagava; e propusemos na altura, a taxa de 0,6, que correspondia precisamente a dez milhões e dezasseis mil contos. A prática demonstrou-o e se falarmos com os munícipes vão dizer que pagam mais e não menos de IMI. Nesse sentido, a CDU, apresenta uma proposta, se me permitir passo a ler (doc. 1). -----

CDU

B



CDU - Coligação Democrática Unitária

PCP-PEV

PROPOSTA

A Câmara Municipal e a Assembleia Municipal de Albufeira, utilizando a sua maioria PSD/CDS, tem aumentado tremendamente a ex-contribuição autárquica (agora chamado I.M.I. - Imposto Municipal sobre Imóveis) nos anos de 2003 e 2004. O aumento real corresponde a 35% em relação a 2002.

A proposta da Câmara Municipal de Albufeira para o ano de 2005 é de 0,7, isto é, manter a mesma taxa de 2004. Mas com a manutenção desta taxa está previsto arrecadar verba superior à de 2004, segundo as previsões das Finanças.

Esta previsão é baseada na existência do mesmo número de fogos em 2004 e 2005. É de prever que mais fogos estarão sujeitos ao I.M.I. em 2005, e as avaliações do valor patrimonial dos imóveis continuarão a aumentar a receita do Município com a aplicação da taxa de 0,7.

Assim, em coerência com a sua proposta de Dezembro de 2003 e com base em dados objectivos a C.D.U. propõe a taxa de 0,6 para o ano de 2004, que sendo aparentemente uma diminuição de receitas para o Município, leva em linha de conta o aumento de número de fogos sujeitos ao I.M.I. e as avaliações das Finanças sobre o valor patrimonial dos imóveis que compensará a receita da C.M.A. e ao mesmo tempo tem em consideração os encargos suportados pelas famílias do concelho devido aos aumentos brutais com taxas de saneamento e outras que recaem sobre os imóveis, as quais, muitas vezes recorreram ao crédito bancário para aquisição de casa própria e têm sérias dificuldades para suportar os aumentos verificados em 2003 e 2004.

Albufeira, 18 de Novembro de 2004
Coligação Democrática Unitária,

Reservado : 2004

Simão Bento Pereira

O Vice-Presidente pede a palavra ao Sr. Presidente da Assembleia, para dar um pequeno esclarecimento. -----

Vice-Presidente - É para recordar a projecção feita pela Direcção Geral de Impostos, referente à contribuição, no ano passado, que nós trouxemos aqui à Assembleia, na altura da fixação da taxa, igual à deste ano. Na realidade não aconteceu nada daquilo que as projecções tinham previsto. Como tenho aqui os dados enviados pela Direcção Geral de Impostos, cobrados no ano de 2003/04, quer relativamente à contribuição autárquica de 2003, quer relativamente ao IMI de 2004, de todas as Câmaras do Algarve, embora de 2004 só esteja referenciado de Janeiro a Junho, é notório a diferença. Por exemplo, Albufeira cobrou de autárquica onze milhões e trinta e quatro mil euros e a receita cobrada em 2004, em seis meses, quatro milhões e quinhentos e vinte e cinco mil, o dobro dá nove milhões. Aljezur, as contribuição autárquica cobrada em 2003, quinhentos e oitenta e quatro mil euros e em 2004, em seis meses, duzentos e oitenta e quatro mil. O que fez o Presidente da Câmara de Aljezur, ao enviar estes dados, conforme todos os Presidentes de Câmaras mandaram para a Direcção Geral de Impostos, e em determinado parágrafo da sua carta que acompanhou o quadro representativo da receita cobrada, diz assim: "para enorme

surpresa, verificamos agora que a receita do IMI cobrada até Setembro de 2004, é de trezentos e um mil euros e que a receita de 2003, referente à antiga contribuição autárquica, foram no final do ano de quinhentos e cinquenta e um mil euros, não se prevendo de forma nenhuma, que com as receitas referentes aos meses deste ano, se possa atingir os valores cobrados no ano anterior". Sobre essas projecções e conforme tive oportunidade de dizer aqui, no ano passado, eram projecções depois os números apareceram, a metodologia da projecção, conforme sabe, e qualquer estatística tem de trazer atrás uma metodologia a ser feita e em principio nós temos de acreditar nas pessoas, obviamente, mas as projecções são teoria e a prática é outra situação. Evidentemente, será sempre bom estar a dizer que a taxa de 0,6 ou 0,5, ou 0,4, é melhor, claro que sim, é sempre melhor pagar menos, mas obviamente, nós não estamos em condições de arriscar. Neste momento, o Imposto do IMI e IMT, não estão estabilizados e não sei quando irão estar, daqui a dois, três anos talvez, e nessa altura provavelmente poderá haver condições para equilibrar as coisas de uma forma diferente. -----

Presidente da Câmara - Na última reunião da Junta Metropolitana, este foi um dos pontos debatidos, e portanto, a opinião era geral, todos os Presidentes de Câmaras sentiram e disseram claramente que os valores das receitas estavam abaixo daquilo que estava inscrito nas previsões. E daquilo que me apercebi, não tenho aqui o nome de todos, mas oitenta por cento dos dezasseis Presidentes de Câmaras, a taxa dos que já tinham aplicado e aprovado, exemplo Monchique e Portimão, iam para a taxa de 0,8%. Esta é a realidade. Os investimentos que a maior parte deles tem, contando com aquelas verbas, não estavam a ser conseguidas, porque não atingiram os valores previstos. -----

O Presidente da Assembleia alertou ao Sr. Neves que na sua proposta apresentada, a taxa de 0,6 para 2005, não estava correcta, porque estávamos a deliberar para 2004. O Sr. Neves fez a correcção. -----

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia, coloca a votação as duas propostas. PROPOSTA (A) - apresentada pela Câmara Municipal. PROPOSTA (B) - apresentada pela CDU. -----

Antes da votação, o membro Fernando Anastácio pede a palavra. -----

Fernando Anastácio - Eu tive o cuidado de explicar, qual é o nosso sentido de voto e acrescento também qual é o nosso sentido de voto em relação à proposta da CDU. A bancada do Partido Socialista, vai abster-se em qualquer uma das duas propostas. Portanto, se o Sr. Presidente entender, como metodologia colocar a votação em alternativa, está obviamente a colocar a posição que não é possível expressarmos o posicionamento de voto, porque a abstenção é um posicionamento legítimo de voto. Portanto, se persistir nessa posição, o Partido Socialista não participa nesta votação. -----

Presidente da Assembleia - O Senhor pretende abster-se, é isso? -----

Fernando Anastácio - Sugiro e ponho à consideração da Mesa, que cada uma das propostas sejam votadas separadamente. Caberá à Assembleia expressar e fazer a sua plenitude, em relação a qualquer uma das propostas. -----

Presidente da Assembleia - Propõe a votação em separado? -----

Fernando Anastácio - Exactamente. -----

Fernando Neves - O Sr. Primeiro Secretário leu na correspondência, uma carta do IGAT em relação a essa situação. Eu volto a repetir. A situação assim colocada, de votação em alternativa, continuo a afirmar que é ilegalmente incorrecto. Já coloquei aqui a questão uma vez e não obtive resposta. O Sr. Presidente não me deixou falar. E dei um exemplo que nem sequer vem na acta. -----

Presidente da Assembleia - Não estamos a discutir esse assunto e portanto retiro-lhe a palavra neste momento. Já fez a sua participação, irá ser respondido. O que está em causa neste momento, é a votação em separado. A razão da Mesa, é muito em concreto a seguinte: corre-se o risco, votando em separado, de termos aqui duas propostas aprovadas e contrárias. Eu não impunha nada, apenas tenho de dar alguma metodologia aos trabalhos. Perante o que o Dr. disse agora e o que aprendi nesta escola, e com sucessivos Presidentes de Assembleia Municipal, aprendi aqui que quando há propostas contrárias, a votação é em alternativa. Não usar o voto, é em si mesmo uma abstenção. Todos os membros desta Assembleia, têm a faculdade de apresentar outras propostas, portanto não vejo onde é que há falta de democracia, porque se vamos seguir essa metodologia, arriscamos a ter nesta Assembleia, aprovado no mesmo dia, é fácil que isso aconteça, basta que eu me abstenha na proposta da CDU para ser aprovada com um voto e em relação à proposta da Câmara Municipal, basta que um membro da Assembleia se abstenha para ser aprovada por um voto. Temos aqui, o mesmo órgão, a proferir uma decisão administrativa, com efeitos rigorosamente diversos. Pergunto, onde está a falta de democracia em fazer uma votação em alternativa, quando as propostas são em alternativa? Qualquer membro desta Assembleia, tem tanta legitimidade como das propostas que estão aqui apresentadas, para apresentar a sua própria proposta. Eu aprendi isto aqui nesta casa, com a escola que vem de trás. O uso do voto, em si mesmo, é um direito que todos têm e que constância a abstenção. A própria abstenção é o exercício do não voto, é daí a razão de que sempre tenho usado esta metodologia, para evitar que um órgão público, não é propriamente só para estarmos aqui em debate, mas é um órgão que toma deliberações, e as deliberações não podem ser no mesmo dia, contrárias, porque senão, a seguinte revogava a anterior. Ou seriam as duas válidas? Seria achincalhante e pouco dignificante para esta Assembleia, que pudesse existir no mesmo dia, duas propostas aprovadas com sentidos contrários. Mas isso pode acontecer, e para evitar essa possibilidade, é que eu penso que a escola que aqui aprendi e nunca ouvi ninguém acusar os anteriores Presidentes de Assembleia de falta de democracia, por usar esta metodologia. Mas estou aberto a outras propostas. Não quero ser o ditador, sou um mero condutor dos trabalhos e quero apenas que eles corram bem. -----

Fernando Neves - O Presidente retirou-me a palavra, agora já posso falar? -----

Presidente da Assembleia - O Senhor estava a ir buscar questões que não estavam a ser discutidas neste momento. -----

Fernando Neves - Vou dar apenas um exemplo. Eu, quero votar contra a proposta da Câmara, como é que é? E qualquer elemento que está aqui nesta Assembleia pode votar contra, a favor ou abster-se, dessa proposta e na da CDU, também. É muito simples. É colocar cada proposta a votação. É o que se faz na Assembleia da República, eu citei esse exemplo. E assim, é que é dar possibilidade a todos para votarem. -----

Francisco Oliveira - Foi falado aqui numa resposta que foi dada ao IGAT, pergunto qual é? -
Presidente da Assembleia - Ainda não há resposta. É um pedido de esclarecimento. -----
Francisco Oliveira - O pedido de esclarecimento foi já dado pelo IGAT, ou estão há espera?
Presidente da Assembleia - Foi pedido a mim, um esclarecimento. -----
Fernando Neves - O Sr. Presidente vai colocar a proposta da Câmara a votação, e eu quero votar contra. Na opção que o Sr. Presidente está a colocar, não posso votar contra, porque só vai contabilizar os votos de quem vota a favor. -----
Fernando Cabrita - O Sr. Presidente está a dar o exemplo de duas propostas contraditórias. E se eu propuser 0,8, como é que vai ser o voto em alternativa? -----
Presidente da Assembleia - Faz-se o voto sucessivo. Quem vota a favor da primeira, quem vota a favor da segunda e quem vota a favor da terceira. -----
Fernando Anastácio - No voto em alternativa, um voto exclui o outro. Se puser as propostas à votação, e numa votação global e separada, obviamente que não há diferentes sentidos de votos, porque ninguém exerce o seu direito de voto, mais do que uma vez. -----
Presidente da Assembleia - Como é que sugerem que seja feita a votação? -----
O Presidente da Assembleia suspende a sessão por cinco minutos. -----
Retomada a sessão. -----
Fernando Anastácio - Para tentar resolver este impasse, eu proponha à Mesa que as votações fossem sucessivas, no sentido de se acautelar e salvaguardar a possibilidade da expressão das mais diferentes opiniões, de cada uma das propostas. -----
Presidente da Assembleia - Coloca a proposta à votação. -----
VOTAÇÃO: PROPOSTA - METODOLOGIA VOTAÇÃO SUCESSIVA -----
Votos a favor: (22) Marlene Pisco; Carlos Gabriel; José Vila Nova; Miguel Mesquita; Adriano Ferrão; Rui Bernardo; Helder Guerreiro; Manuel Gonçalves; Helder Sousa; Pedro Ferro; Vitor Neto; Fernando Cabrita; Fernando Anastácio; Ricardo Silva; Francelina Lourenço; Adolfo Gregório; Francisco Oliveira; Francisco Guerreiro; José Aboim; Berto Palma; Fernando Gregório e Fernando Neves. -----
Votos contra: (0).-----
Abstenções: (4) Carlos Silva e Sousa; José Sequeira; Paulo Freitas e Vítor Vieira. -----
Aprovada por maioria -----
VOTAÇÃO: PROPOSTA (A) - CMA -----
Votos contra: (1) Fernando Neves. -----
Abstenções: (11) Pedro Ferro; Vitor Neto; Fernando Cabrita; Fernando Anastácio; Ricardo Silva; Adolfo Gregório; Francisco Oliveira; Francisco Guerreiro; José Aboim; Berto Palma e Fernando Gregório. -----
Votos a favor: (13) Carlos Silva e Sousa; Marlene Pisco; Carlos Gabriel; José Sequeira; José Vila Nova; Miguel Mesquita; Adriano Ferrão; Rui Bernardo; Helder Guerreiro; Manuel Gonçalves; Vítor Vieira; Helder Sousa e Paulo Freitas. -----
Aprovada por maioria dos presentes -----
A membro, Francelina Lourenço, encontrava-se ausente da sala. -----
VOTAÇÃO: PROPOSTA (B) - CDU-----
Votos contra: (13) Carlos Silva e Sousa; Marlene Pisco; Carlos Gabriel; José Sequeira; José

Vila Nova; Miguel Mesquita; Adriano Ferrão; Rui Bernardo; Helder Guerreiro; Manuel Gonçalves; Vítor Vieira; Helder Sousa e Paulo Freitas. -----

Abstenções: (10) Pedro Ferro; Vitor Neto; Fernando Cabrita; Fernando Anastácio; Ricardo Silva; Adolfo Gregório; Francisco Oliveira; José Aboim; Berto Palma e Fernando Gregório. --

Votos a favor: (2) Fernando Neves e Francisco Guerreiro. -----

Proposta não aprovada -----

A membro, Francelina Lourenço, encontrava-se ausente da sala. -----

Fernando Neves - Esta metodologia é para seguir, no futuro? -----

Presidente da Assembleia - A Assembleia tomou a deliberação. Eu não estou convencido, mas a Assembleia é soberana. Eu, pessoalmente, não concordo muito com esta metodologia, mas para mim é uma questão de método, não tem grande relevância. Vou estudar bem a situação, para haver um consenso nesta matéria. -----

Fernando Neves - É possível apresentar uma proposta, para que de futuro a Assembleia utilize este método? -----

Presidente da Assembleia - Hoje não é. Estamos em sessão extraordinária, só podemos deliberar sobre o que foi expressamente convocado para a Assembleia. Mas o assunto irá ser objecto de deliberação e ser realmente clarificado. Eu sou um mero condutor dos trabalhos, mais nada. -----

Fernando Neves - Assim como está, vai trazer confusão. Nas Assembleias, se os deputados resolverem mudar de opinião, andamos para trás e para a frente. -----

Presidente da Assembleia - E a Assembleia é soberana, em mudar de opinião, quando quiser. -----

PONTO QUARTO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal da taxa municipal de Direitos de Passagem - Lei das Comunicações electrónicas, termos da alínea e) do n.º2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro.-----

Presidente da Assembleia - Apresenta a proposta da Câmara Municipal. -----

Francisco Oliveira - É para dizer, como estamos solidários, vamos votar a favor. -----

Fernando Neves - É a Câmara que fixa a taxa. É para lembrar que será a Câmara que fiscalizará neste caso, a PT, se eles não vão fazer reflectir qualquer aumento em relação aos utentes. -----

Presidente da Câmara - Tem de constar no recibo. Esta taxa é prevista e na maior parte dos municípios, aplicaram a taxa de 2,5%. Esta taxa era bem aplicada e com toda a justiça, exactamente à PT e a outras empresas, se fossem eles a pagar., mas o que a Lei menciona e está mal, remete para o município a cobrança desse valor. A Lei tem de ser revista. É uma boa proposta para a Assembleia da Grande Área Metropolitana, levar a efeito, por unanimidade, e dar mais porrada ao Governo, como tem dado em algumas situações. -----

Fernando Neves - Neste caso, a Câmara tem de ficar atenta. Não vamos subcarregar os municípios com mais um imposto. -----

Presidente da Câmara - Eles não podem aplicar outro valor de taxa. -----

Vice-Presidente da Câmara - É obrigatório que a taxa, ao ser aplicada, apareça identificada na própria factura. Eu aqui sugeria, uma vez que estamos a fixar uma taxa 0%, deveria

aparecer um item na factura: Imposto Municipal sobre Direitos de Passagem 0%. Aliás, não há perigo, tem de constar, porque é a taxa aplicada. -----

Presidente da Câmara - Sob pena de estar em incumprimento. -----

Presidente da Assembleia - Não havendo mais intervenções passa-se à votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: (0).-----

Abstenções: (0).-----

Votos a favor: (25) Carlos Silva e Sousa; Marlene Pisco; Carlos Gabriel; José Sequeira; José Vila Nova; Miguel Mesquita; Adriano Ferrão; Rui Bernardo; Helder Guerreiro; Manuel Gonçalves; Vítor Vieira; Helder Sousa; Paulo Freitas; Pedro Ferro; Vitor Neto; Fernando Cabrita; Fernando Anastácio; Ricardo Silva; Adolfo Gregório; Francisco Oliveira; Francisco Guerreiro; José Aboim; Berto Palma; Fernando Gregório e Fernando Neves. -----

Aprovada por unanimidade dos presentes -----

A membro, Francelina Lourenço, encontrava-se ausente da sala. -----

Antes de encerrar a sessão, foi aprovada, por unanimidade dos presentes, a minuta das deliberações tomadas na Assembleia. Não se encontrava presente na sala, a membro Francelina Lourenço. -----

Esgotada a ordem de trabalhos e nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 23:50 horas, de que foi lavrada acta que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 19 de Novembro de 2004 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

O PRIMEIRO SECRETÁRIO _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____

